En Nombre de la S. S. Trinidad: -

La Republica del Peru y Su Magestad Fidelisima la Reyna de Portugal y delos Algarbes, animadas igualmente del deseo de mantener relaciones de buena inteligencia entre los respectivos Estados, y de estender, estrechar y consolidar entre ellos las relaciones de comercio; y convencidas de que este objeto no se puede conseguir mejor sino adoptando un sistema de completa libertad de Navegacion, y perfecta reciprocidad, fundada en principios de equidad igualmente beneficos para ambos Paises, Han acordado, por consiguiente, celebrar un Tratado de Comercio y Navegacion, y con este fin Han nombrado por Sus respectivos Plenipotenciarios, á saber:

El

Em Nome da S. S. Trindade:

Sua Magestade Fidelissima A Rainha de Portugal e dos Algarves, e a Republica do Perú, igualmente animadas do desejo de manter relações de boa intelligencia entre seus respectivos Estados, e de estender, outro-=sim, e consolidar as relações Commerciáes entre ellas, convencidas de que este objecto não se póde melhor conseguir do que pela adopção de um systema de inteira liberdade de Navegação e perfeita reciprocidade, fundada nos principios de equidade igualmente benefico para ambos os Paizes, Assentaram, em conse=-quencia, de concluir um Tratado de Commer=-cio e Navegação, para cujo fim Nomearam por seus respectivos Plenipotenciarios, a saber

Sua

El Presidente dela Republica del Perú á
Don Joaquin Jose de Osma, Su Enviado
Extraordinario y Ministro Plenipotenciario
cerca del Gobierno delos Estados Unidos de
America; y
Su Magestad la Reyna de Portugal á:
Joaquin Cesar de Figaniere y Morão, de Su
Consejo, Comendador dela Orden Militar de
Cristo, y dela de N. S. dela Concepcion de
Villa Vicosa, Ministro Residente de Portugal
cerca del mismo Gobierno delos Estados
Unidos de America,
Los cuales despues de haber de comunicado
recíprocamente sus respectivos Plenos
Poderes, y hallandolos en buena y debida forma,
han convenido en los Articulos siguientes:

Articulo 1°

Sua Magestade a Rainha de Portugal, a:

Joaquim Cesar de Figaniere e Morão, do seu

Conselho, Commendador da Ordem Militar de

Christo, e da de N. S. da Conceição de Villa-

Viçosa, Ministro Residente de Portugal

junto ao Governo dos Estados Unidos

da America, e

O Presidente da Republica do Perú, a:

Com Joaquim José de Osma, Seu Enviado

Extraordinario e Ministro Plenipotenciario

junto ao mesmo Governo dos Estados Unidos

da America,

Os Quaes depois de se haverem communicado

reciprocamente os seus respectivos Plenos Po-

deres que acharam em boa e devida forma, con-

vencionaram e concluiram os Artigos seguintes:

Artigo 1º

Articulo I.º

Habrá entre los Territorios delas Altas Partes contratantes reciproca libertad de comercio y Navegacion. — Los Ciudadanos ó Subditos delos respectivos Estados podrán entrar libremente con sus Buques y cargamentos en los Puertos, Rios y Lugares delos Territorios de cada una delas dichas Partes Contratantes, donde se permita ó se permitiere en adelante el Comercio Estrangero. — Dichos Ciudadanos ó Subditos tendrán igualmente libertad de transitar, permanecer y residir en cualquier parte de dichos Territorios, á fin de tratar de sus Negocios; y gozarán, con este fin, la misma Seguridad y proteccion que los Naturales del Pais en que residan, bajo la condicion de que se sujetarán á las Leyes y Decretos del Gobierno que allí rijan

Artigo 7º.-

Haverá entre os Territorios das Altas Partes
contractantes reciproca liberdade de commercio e
Navegação. - Os Subditos e Cidadãos dos seus res-
=pectivos Estados poderão mutuamente entrar
com seus Navios e cargas nos Portos, Rios e Logares
dos Territorios de cada uma das ditas Partes Con-
=tractantes, aonde quer que o Commercio Estran-
=geiro é ou seráo a ser permittido. -

Os ditos Subditos e Cidadãos terão igualmente a
liberdade de passar, pousar e residirem qual-
=quer parte dos ditos Territorios, afim de tratar
de seus Negocios; e gosarão, para aquelle fim, a
mesma segurança e protecção que os Naturaes do
Paiz onde residem, sob condição de se sugei-
=tarem as Leis e Ordens do Governo que ahi

regerem

rijan, y en especial á los Reglamentos de Comercio vigentes. –

Articulo II.°

Los Buques Peruanos de mas de doscientas toneladas de registro, que entren en los Puertos del Reyno ó de las Provincias Ultramarinas de Portugal, cargados ó en lastre, no pagarán otros ó mas altos derechos en razon de toneladas, faro, pilotage, puerto, cuarentena y salvamento en caso de averia ó naufragio, ni otros impuestos, sea cual fuere su naturaleza ó denominacion, que los que paguen en dichos Puertos los Buques Portugueses de igual porte y procedencia; y reciprocamente los Buques Portugueses de mas de doscientas toneladas que entren en los Puertos del Perú, cargados ó en lastre, no pagarán otros ó mas altos derechos

en razon

regerem, especialmente nos Regulamentos commu-
niados em vigôr.-

Artigo II.º

Os Navios Portuguezes medindo duzentas ou mais
toneladas, que aportarem, carregados ou em lastro, nos
Portos do Perú, não pagarão outros ou maiores direitos
de tonelagem, de farões, pilotagem, ancoradouro, qua-
=rentena e salvadigo em caso de avaria ou naufragio, ou
quaisquer outros encargos e direitos de qualquer natu-
reza ou denominação que sejam, que os que pagam
nos ditos Portos os Navios Peruanos de egual medição.
e reciprocamente os Navios Peruanos medindo duzentas ou
mais toneladas que aportarem aos Portos do Reino
e Provincias Ultramarinas de Portugal, carre-
gados ou em lastro, não pagarão outros nem
maiores direitos de tonelagem, de farões, pilo=
-tagem

en razon de toneladas, faro, pilotage, puerto, cuarentena y salvamento en caso de averia ó naufragio, ni otros impuestos, sea cual fuere su naturaleza ó denominacion, que los que pagan en dichos Puertos los Buques Peruanos de igual porte.-

Entendiendo se que reciprocamente los Buques de menos de doscientas toneladas de registro, serán tratados en los Puertos de Una ú Otra Alta Parte Contratante, en cuanto al pago de los derechos mencionados, como los Buques de la Nacion mas favorecida.-

Articulo III.

No se impondrán otros ó mas altos derechos á la importacion en Portugal y sus Provincias Ultramarinas, de cualquier genero, producto natural ó manufactura del Perú, ni se impondrán otros ó mas

tagem, ancoradouro, quarentena e Lazaretto em caso de avaria ou naufragio, ou quaesquer outros encargos e direitos de qualquer natureza ou denominação que sejam, que os que pagam nos ditos Portos os Navios Portuguezes de igual medição e procedencia. -

Fica entendido que reciprocamente os Navios de menos de duzentas toneladas de medição, serão tratados nos Portos das duas Altas Partes Contractantes, quanto ao pagamento dos mencionados direitos, como o forem os Navios da Nação mais favorecida. -

Artigo III.º

Não se imporão outros nem maiores direitos na importação no Perú de genero algum que seja producto natural ou de manufactura do Reino e Provincias Ultramarinas de Portugal, nem outros ou maiores direitos

ó mas altos derechos á la importacion en Perú
de cualquier genero, producto natural ó manu=
=factura del Reyno ó delas Provincias Ultramari=
=nas de Portugal, sino aquellos que pagan ó pa=
garen en adelante iguales generos, productos naturales
ó manufacturas de cualquier otro Pais Estrangero.=
No se establecerán otros ó mas altos derechos, impuestos
ó gabelas, de cualquier naturaleza ó denominacion
que sean, en el transito por los Rios, Canales ó
Caminos del Reyno i Provincias Ultramarinas de
Portugal y dela Republica del Perú, de cualquier ge=
=nero, producto natural ó manufactura de los dos
Estados respectivamente, sino aquellos que pagan
ó pagáren en adelante en igual caso, los mismos ge=
=neros, productos naturales ó manufacturas dela Na=
cion mas favorecida.=

No se

direitos serão impostos na importação em o Reino e Pro-
vincias Ultramarinas de Portugal de nenhum genero
de producção natural ou de manufactura do Perú,
alem d'aquelles que pagam ou vierem a pagar iguaes
generos de producção natural ou de manufactura
de qualquer outro Paiz Estrangeiro. -
Nem se estabelecerão outros ou maiores direitos, encar-
gos ou alcavallas, de qualquer natureza ou denomi-
nação que sejam, no transito por os Reos, Lanáes e
Estradas da Republica do Perú, e do Reino e Provin-
cias Ultramarinas de Portugal, de qualquer genero
de producção natural ou de manufactura dos dous
Estados respectivamente, alem d'aquelles que pagam
ou vierem a pagar no mesmo caso, iguaes generos
de producção natural ou de manufactura da
Nação mais favorecida. -

Nem se

No se establecerá prohibicion alguna á la importa-
-cion ó exportacion de cualquier genero, producto
natural ó manufactura del Reyno y Provincias
Ultramarinas de Portugal ó de la Republica de Perú
é Islas adjacentes que le pertenecen, respectivamente
en uno y otro Estado, que del mismo modo no se
establezca igualmente para las demás Naciones Estrangeras.-
No se establecerán otros ó mas altos derechos, ó impuestos
en cualquiera de los dos Paizes para la exportacion
de cualesquiera generos para el Reyno de Portugal
y sus Provincias Ultramarinas, ó para la Repú-
blica del Perú, respectivamente, sino los que se pagan
para la exportacion de iguales generos para otro
Pais Estrangero.-
Queda entendido y convenido entre las Altas
Partes contratantes, que sea cual fuere el principio
ó sistema

Nem se estabelecerá prohibição alguma na importação
ou exportação de qualquer genero de producção natu-
ral ou manufactura da Republica do Perú e Ilhas
adjacentes que lhe pertencem, ou do Reino e Provin-
cias Ultramarinas de Portugal, especialmente em
algum d'elles, que do mesmo modo se não estabeleça
igualmente para todas as outras Nações Estrangeiras.
Nem se estabelecerão outros ou maiores direitos ou encar-
=gos em qualquer dos dous Paizes sobre a exportação de
quaesquer generos para a Republica do Perú ou
para o Reino e Provincias Ultramarinas de Por-
=tugal, especialmente, alem dos que se pagam pela
exportação de iguaes generos para outro Paiz
Estrangeiro.—

Ficaentendido e convencionaram as Altas Partes
Contractantes, que seja qual fôr o principio
ou maneira

ó sistema establecido, ó que en adelante se establecien

para imponer y percibir los derechos de importacion

y de transito en los respectivos Estados, nunca se

exigirá mayor suma de dinero por una misma

cantidad, medida ó peso determinado de cual-

quier genero ó mercaderia que aquella que

pagare el mismo Articulo, producto natural ó ma-

nufactura de la Nacion mas favorecida. —

Articulo IV.

Se pagarán los mismos derechos y se concederán los

mismos favores, descuentos ó privilegios para la im-

portacion en el Reyno y Provincias Ultramarinas

de Portugal de cualquier genero, producto natural ó

manufactura de la Republica del Perú en Buques de

mas de doscientas toneladas de registro; y aunque la

importacion se haga bajo el pabellon Peruano ó el Portugues

y recíprocamente

ou maneira estabelecida, ou que venha a estabelecer-se,
para impor e perceber os direitos tanto de importação,
como de transito nos respectivos Estados, nunca se exi-
girá maior somma de dinheiro por uma mesma
quantidade, medida ou peso dado de qualquer
genero ou mercadoria do que aquella que pagar
o mesmo Artigo de producção natural ou manu-
factura da Nação mais favorecida.

Artigo IV

Pagar-se-hão os mesmos direitos e serão concedidos
os mesmos favores deducções ou privilegios pela im-
portação no Brasil de qualquer genero de producção na-
tural ou manufactura de Portugal e suas Provin-
cias Ultramarinas em Navios de duzentas ou mais
toneladas que a dita importação seja feita em
Navios Portuguezes, ou em Navios da dita Republica,

e reciprocamente

y recíprocamente se pagarán los mismos derechos, y se concederán los mismos favores, descuentos y privilegios para la importacion en el Perú de cualquier genero, producto natural ó manufactura de Portugal ó sus Provincias Ultramarinas en Buques de mas de doscientas toneladas de registro, ya sea que la importacion se haga bajo el pabellon Portugues ó el del Perú. —

Articulo V.º

Toda clase de mercaderias y articulos de comercio que puedan ser legalmente exportados ó reexportados delos Puertos de una delas Altas Partes Contratantes para cualquier Pais Estrangero en Buques Nacionales, podrán igualmente ser exportados ó reexportados delos mismos Puertos en los Buques dela Otra Parte, respectivamente, sin pagar otros ó

e reciprocamente se pagarão os mesmos direitos, e serão concedidos os mesmos favores, deducções e privilegios pela importação em o Reino e Provincias Ultramarinas de Portugal, de qualquer genero de producção natural ou manufactura da Republica do Perú em Navios de duzentas ou mais toneladas, que a dita importação se faça em Navios da dita Republica ou em Navios Portuguezes. –

Artigo V.º

Toda a sorte de mercadorias e Artigos de commercio que legalmente podem ser exportados ou reexportados dos Portos de uma das Altas Partes contractantes para qualquer Paiz Estrangeiro em Navios Nacionaes, poderão igualmente ser exportados ou reexportados dos ditos Portos em os Navios da outra Parte, respectivamente, sem pagar

outros ou

obros ó mayores derechos ó impuestos de cualquier clase ó denominacion que sean, que si los dichos Mercaderias ó Articulos de Comercio fuesen exportados ó reexportados en Buques Nacionales.-

Se concederán los mismos favores ó descuentos de derechos, sea la importacion ó reexportacion en Buques de Una ú Otra de dichas Partes.-

Articulo VI.º

Qualquier favor, privilegio ó exencion relativamente á Comercio ó Navegacion que cualquiera delas Altas Partes Contratantes concediere á otra Nacion, se hará estensivo tambien á la Otra Parte, gratuitamente si la concesion hubiese sido gratuita, ó mediante una compensacion equivalente si la concesion hubiese sido condicional.-

Artigo VII.º

outros ou maiores direitos ou encargos de qualquer modo ou denominação que sejam, do que os dita[s] mercadorias ou Artigos de Commercio forem ex=portados ou reexportados em Navios Nacionaes. Concederão-se-hão os mesmos favores e deducções de direitos quer a exportação ou reexportação seja feita em Navios de uma ou de outra das ditas Partes.-

Artigo VI.º

Se uma das ditas Partes Contractantes vier a conce=der a outra Nação qualquer favor privilegio ou izenção em Commercio ou em Navegação, se fará tambem extensivo á outra Parte, logo que o favor for concedido, ou por compensa=ção equivalente se a concessão for condi=cional.-

Artigo VII.º

Articulo VII.º

Queda espresamente convenido que ninguna delas estipulaciones contenidas en el presente Tratado será aplicable á la Navegacion y Comercio de cabotage de cualquiera delos dos Paises, que cada una delas Altas Partes Contratantes reservadamente se reserva. Sinembargo, los Buques de cualquier delos dos Paises podrán descargar parte de su Cargamento en un Puerto del Territorio de cualquiera delas Altas Partes Contratantes abierto al Comercio Estrangero, y proseguir de allí para otro ó otros Puertos de dichos Territorios abierto tambien al Comercio Estrangero, sin pagar en tales casos otros ó mas altos derechos, que los que pagarian los Buques Nacionales de mas de doscientas toneladas en semejantes circunstancias; y podrán tambien

cargar

Artigo VII.º

Fica expressamente entendido que nenhuma das estipulações contendidas no presente Tratado será applicavel á Navegação e Commercio de cabotagem de qualquer dos dous Paizes, que cada uma das Altas Partes Contractantes exclusivamente reserva. Os Navios porem de qualquer dos dous Paizes poderão descarregar parte das suas mercadorias em um Porto dos Commercios de qualquer das Altas Partes Contractantes, onde o Commercio Estrangeiro for permittido, e d'ahi proseguir com o resto da sua carga para qualquer outro ou outros Portos dos mesmos Commercios, onde da mesma forma o Commercio Estrangeiro seja permittido, sem em taes casos pagar maiores ou diversos direitos do que pagariam os Navios Nacionaes de duzentas toneladas em semelhantes circum-

stancias

cargar de la misma manera en diferentes Puertos en un mismo viage para otros Paizes. -

Y queda estipulado y entendido que serán considerados y tenidos por Buques Peruanos ó Portugueses aquellos cuyos Dueños y Capitanes sean Ciudadanos ó Subditos delas Altas Partes Contratantes, y que naveguen con los documentos necesarios segun las Leyes y Ordenanzas del Paiz á que pertenecen. -

Articulo VIII°

Los Ciudadanos y Subditos de una ó otra delas Altas Partes Contratantes, sus Buques, las Tripulaciones de estos, y las Mercaderias ó efectos de Comercio que les pertenezcan, no podrán ser detenidos, embargados ni ocupados para ninguna expedicion militar, ni para ninguna especie de servicio

Mercadorias; e poderão tambem carregar do mesmo modo em differentes Portos na mesma viagem para outros Paizes. –

E fica estipulado e entendido que serão considerados como Navios Portuguez ou Peruanos aquelles cujos Donos e Capitães sejam subditos e cidadãos das Altas Partes Contractantes, e que navegarem com os Documentos necessarios na conformidade das Leis e Ordenações do Paiz a que pertencerem. –

Artigo VIII.

Os Subditos e Cidadãos de huma e outra das Altas Partes Contractantes com as suas embarcações, tripulações, Mercadorias e effeitos commerciaes que lhes pertencam não poderão ser embargados detidos, nem occupados para nenhuma expedição militar, nem para o Serviço publico

de Servicio público ó particular que sea, sin que se
conceda á los interesados justa y suficiente indem-
nizacion. –

Artículo IX.º

Los Ciudadanos ó Subditos de cualquiera de las Par-
=tes Contratantes que se vieren obligados á buscar re-
=fugio ó asilo en alguno de los Rios, Bahias, Puertos
ó Territorios de la Otra Parte con sus Buques, sean
Mercantes ó de Guerra, por causa de temporal, per=
=secucion de piratas ó enemigos, serán recibidos y tra=
=tados con humanidad, dando-se-les todo favor, ausilio
y proteccion para reparar sus Buques, procurar-se
víveres y poner-se en estado de continuar su viage,
sin ningun obstáculo ó molestia, no exigiendo les
que descarguen toda ó parte de su carga, si no
fuese preciso. –

Artículo X.º

publico ou particular qualquer que seja, sem se
conceder aos interessados uma justa e suffi-
ciente indemnisação. -

Artigo IX.º

Os Subditos ou Cidadãos de qualquer das Partes Con-
tractantes, que forem obrigados a procurar refugio
ou asylo em algum dos Rios, Bahias Portos ou
Territorios da outra, com seus Navios, ou sejam
Mercantes ou de Guerra, por causa de temporal, per-
seguição de piratas ou inimigos, serão recebidos
e tratados com humanidade dando-se-lhes todo o
favor auxilio e protecção, para reparar os seus Navios, pro-
curar mantimentos, e pôr-se em estado de continuar
a sua viagem sem nenhum obstaculo ou molestação,
e sem se lhes exigir que descarreguem toda ou parte
da carga, se não for preciso. -

Artigo X.º

Articulo X.°

La República del Perú se compromete a conceder á cualquier Subdito ó Subditos Portugueses que quieran establecer una linea de Vapores para navegar con regularidad entre los diferentes Puertos de entrada en la Costa del Perú, los mismos privilegios para embarcar y desembarcar carga ó flete, entrar en los Puertos intermedios con objeto de recibir y desembarcar pasageros y sus equipages, dinero y plata en barras, llevar las balijas de correos, formar depositos para carbon, establecer máquinas y talleres para reparar y carenar los Vapores; y todos los demás favores que goze cualquiera otra Sociedad ó Compañia. Convienen ademas las dos Altas Partes Contratantes en que los Vapores de cualquiera de ellas no estarán obligados á pagar en los Puertos de la

Otra

Artigo X.º

A Republica do Perú se obriga a conceder a qual-
-quer Subdito ou Subditos Portuguezes que queiram
estabelecer uma carreira de vapores entre os varios
Portos habilitados na costa do Perú, os mesmos
privilegios de carregar e descarregar carga ou
frete, entrar nos mais Portos para receber e
largar passageiros, suas bagagens, dinheiro e
prata em barra, transportar as malas publicas,
estabelecer depositos de carvão, construir ma-
-chinas e estaleiros para reparar e arranjar
os Vapores, e todos os outros favores concedidos a
qualquer outra Associação ou Companhia. -

He alem disso concordado entre as duas Altas
Partes contractantes que os Vapores de qualquer
das ditas Partes não estarão sugeitos nos Portos da

outra

Otra ninguna Clase de derechos de toneladas,
Puerto ni otros semejantes, sino los que pagan
ó pagaren los de cualquiera otra Sociedad ó
Compañía Estrangera.-

Artículo XI°

Cada una delas Altas Partes Contratantes tendrá
la libertad de nombrar Consules, Vice Consules
y Agentes Consulares en los Puertos de la otra
abiertos al Comercio Estrangero; los cuales dis-
frutarán dentro de sus respectivos Distritos
Consulares todos los derechos, prerogativas é
inmunidades delos de la Nacion mas favorecida.-
Pero para que los Consules, Vice Consules y Agentes
Consulares puedan desempeñar sus funciones,
presentarán su Nombramiento ó Patente en
debida forma al Gobierno cerca del cual sean
acreditados

outra a direito algum de tonelagem, Porto ou outros semelhantes, excepto áquelles a que estejam ou estarão sujeitos os de qualquer outra Associação ou Companhia Estrangeira. —

Artigo XI°

Cada uma das Altas Partes Contractantes terá a liberdade de nomear Consules, Vice Consules e Agentes Consulares para os Portos das outra onde o Commercio Estrangeiro seja permittido; os quaes gosarão dentro dos seus respectivos Districtos Consulares de todos os direitos, privilegios e immunidades concedidas aos da Nação mais favorecida. — Mas para que os Consules, Vice Consules e Agentes Consulares possam funccionar como taes, deverão apresentar a sua Nomeação ou Patente em devida forma ao Governo do Paiz, afim de

obter

acreditados, á fin de obtener el correspondiente Exequatur; y recibido este serán tenidos y considerados como tales Consules, Vice Consules y Agentes Consulares por todas las Autoridades, Magistrados y habitantes del Distrito Consular donde residan. - Queda sin embargo cada una de las Partes Contratantes en libertad de exceptuar aquellos Puertos y Lugares en donde no le crea conveniente la admision y residencia de tales funcionarios; bien entendido que en tal caso, la exclusion ó negativa á admitirlos deberá ser comun ó general para todas las Naciones. -

Si alguno de estos Consules ejerciese el Comercio, estará sugeto á las mismas Leyes y Usos á que están sugetos los individuos particulares de su Nacion, en los mismos lugares, relativamente á sus transacciones

obter o preciso Exequatur, e concedido este, serão
tidos e considerados como taes Consules, Vice-
Consules e Agentes Consulares por todas as Auctho-
-ridades, Magistrados e habitantes do Districto
Consular da sua residencia. -
Sem embargo, cada uma das Altas Partes Con-
-tractantes se reserva o direito de excepluar
aquelles Portos ou Logares onde não se julgue
conveniente a admissão e residencia de taes
Funccionarios; fica entendido porem que n'esse
caso, a exclusão ou recusa de admittidos deverá ser
commum ou geral para todas as Nações. -
Se algum d'estes Consules exercer o Commer-
-cio, ficará sugeito ás mesmas Leis e usos a que
são sugeitos os individuos particulares da sua Na-
-ção nos mesmos Logares relativamente ás suas
transacções

acciones comerciales.—

Y queda aquí declarado que en caso de ofensa
contra las Leyes, dicho Consul, Vice-consul ó Agente
Consular podrá ser castigado conforme á derecho,
ó mandado salir del País, manifestando el Gobier-
no ofendido al otro las razones de su procedimiento.—
Los Archivos y Papeles del Consulado serán invio-
lablemente respetados y bajo ningun pretesto se
apoderará de ellos ó intervendrá en manera al-
guna en ellos ningun Magistrado ni otra
persona cualquiera.—

Articulo XII

Los Consules, Vice-Consules y Agentes Consulares ten-
drán la facultad de requerir el auxilio de las Auto-
ridades del País en que residan para el arresto, deten-
cion y custodia de los desertores de los Buques de

guerra

transacções commerciaes.-

E aqui fica declarado que no caso de offensa contra as Leis, o dito Consul, Vice-consul ou Agente Consular poderá ser ou punido conforme a Lei, ou mandado sair, declarando o Governo offendido ao outro as razões do seu procedimento.-

Os Archivos e Papeis dos Consulados serão respeitados inviolavelmente, e por nenhum pretexto poderá qualquer Magistrado ou pessoa alguma embargalos, ou de outro modo intervir a respeito d' elles.-

Artigo XII.

Os Consules, Vice-consules e Agentes Consulares serão authorisados a requerer o auxilio das Authoridades locaes para a prisão, detenção e custodia dos desertores dos Navios de

guerra

guerra y Mercantes de las Naciones; y cuando los desertores reclamados pertenezcan á un Buque Mercante, los Consules, Vice Consules y Agentes Consulares podrán dirijir-se ellos mismos á las Autoridades competentes y pedir por escrito los susodichos desertores, manifestando el rol del Buque ú otros documentos publicos para probar con ellos que los hombres pedidos forman parte de la tripulacion del Buque de donde se alega que desertaron; pero si los individuos reclamados pertenecieren á la tripulacion de un Buque de Guerra, bastará la palabra de honor del Comandante de dicho Buque para identificar á los desertores, y en cualquier caso que se pruebe por estos medios la reclamacion de los Consules, Vice Consules y Agentes Consulares, no se rehusará á la entrega de los desertores. -

Una vez

guerra e Mercantes da sua Nação, e quando taes
desertores pertençam á tripulação de um Navio
Mercante, os Consules, Vice Consules ou Agentes Con-
sulares poderão dirigir-se ás Authoridades compe-
tentes, e pedir por escripto os ditos desertores pro-
vando pela exhibição da matricula dos Na-
-vios, ou por qualquer outro Documento
Official, que taes individuos reclamados perten-
cem á tripulação do Navio donde se allega te-
rem desertado; se porem os desertores reclamados
pertencem á tripulação de um Navio de guerra,
bastará a palavra de honra do Commandante
do dito Navio para identificar os desertores, e quando
por esta forma, em qualquer caso, fique compro-
-vada a reclamação dos Consules, Vice Consules e Agen-
tes Consulares, não se recusará a entrega dos desertores.

os desertores

Una vez arrestados los tales desertores, se tendrán á disposicion delos Susodichos Consules, y podrán poner-se en las prisiones publicas á peticion y á costa de aquellos que los reclamen, para ser enviados á los Buques á que pertenecen ó mandados á su Pais en un Buque de su Nacion ó en cualquier otro.-

Pero si no fuesen así enviados á su Pais dentro de los dos Meses que deberan contar-se desde el dia de su arresto, serán puestos en libertad, y no volverán á ser arrestados por la misma causa.-

Mas si aconteciese que el desertor ó desertores hubiesen cometido algun crimen ó ofensa contra las Leyes del Pais, se suspenda la entrega hasta que el Tribunal á quien pertenezca el conocimiento dela causa haya pronunciado Sentencia, y esta se haya ejecutado.-

Articulo XIII

Os desertores apenas presos, serão postos á disposição
dos ditos Consules, e poderão ser detidos nas Cadêas
publicas, a rogo e á custa dos que os reclamarem,
para haverem de ser restituidos aos Navios a que
pertenciam, ou mandados para o seu Paiz por
um Navio da sua Nação ou por qualquer outro. -
Se porem não forem mandados para o seu Paiz
dentro de dous mezes contados do dia da
prisão serão postos em liberdade, e não torna-
rão a ser presos pela mesma causa. -

Mas se acontecer que o desertor ou deser-
tores tenham commettido alguem crime
ou offensa contra as Leis do Paiz, será demo-
rada a entrega até que o Tribunal, a que o
caso estiver affecto, pronuncie Sentença, e
a Sentença se execute. -

Artigo XIII

Articulo XIII°

Los Ciudadanos y Subditos de cada una delas Altas Partes Contratantes podrán disponer de sus bienes muebles que se encontraren dentro dela jurisdiccion dela Otra, por testamento, donacion ó de cualquier otro modo; y los que los representaren podrán heredar los dichos bienes particulares por testamento ó ab intestato, y podrán tomar posesion de ellos por sí ó por sus Procuradores, y disponer libremente delos mismos, pagando tan solo á los respectivos Gobiernos lo que los habitantes del Pais en que se encontraren los referidos bienes, estuvieren obligados á pagar en iguales casos. -

Y si por muerte de alguna persona que posea bienes raices en el Territorio de una delas Altas Partes Contratantes, hubieren de pasar dichos

bienes

Artigo XIII.º

Os Subditos e cidadãos de cada uma das Altas Partes Contractantes poderão dispor de seus bens moveis que se acharem dentro da jurisdicção da Outra, por testamento, doação ou por qualquer outro modo, e os seus Representantes poderão succeder nos ditos bens particulares por testamento ou ab intestato, e poderão tomar posse d'elles por si ou por seus Procuradôres, e dispôr livremente dos mesmos, pagando somente aos respectivos Governos, o que os habitantes do Paiz em que os ditos bens existirem, forem obrigados a pagar em — eguaes casos. —

E se por morte de alguma pessôa que possua bens de raiz dentro do Territorio de uma das Altas Partes Contractantes, estes bens de raiz tiverem de

passar —

bienes, conforme á las Leyes del País, á un Ciu-
dadano ó Subdito dela Otra Parte, y este no pue-
diese poseerlos por su calidad de estrangero, se
le dará el tiempo señalado en las Leyes del País,
ó si estas no lo hubieren determinado, se le seña-
lará un plazo racional para vender ó disponer
de otro modo delos dichos bienes raices, y sacar ó ex-
portar su producto sin gravamen, y sin tener
que pagar a los respectivos Gobiernos ninguen
otro derecho ademas delos que en iguales casos sean
impuestos á los habitantes del País en que estu-
vieren situados los dichos bienes raices.-

Articulo XIV.º

La Republica del Perú y Su Magestad Fidelí-
sima, deseando hacer tan duraderas cuanto las
circunstancias lo permitan las relaciones que van
á establecerse

passar, conforme as Leis do Paiz, a cem Subdito ou Cidadão da Outra Parte, e a dita pessôa o não poder possuir por sua qualidade de estrangeiro, ser-lhe-ha dado o tempo marcado pelas Leis do Paiz, ou se estas o não tiverem marcado, ser-lhe-ha dado o tempo razoavel para vender ou de qualquer outro modo dispôr dos ditos bens de raiz, e retirar ou exportar o seu producto sem gravame, e sem ter de pagar para os respectivos Governos outro algum direito alem dos que em iguaes casos são impostos aos habitantes do Paiz onde os ditos bens de raiz forem situados. —

Artigo XIV.º

Sua Magestade Fidelissima e a Republica do Perú, desejando fazer tão duraveis quanto as circumstancias o permittam, as relações que vão

estabelecer-se

á establecerse entre las dos Partes en virtud de de
este Tratado ó Convencion General de recíproca
libertad de Comercio y Navegacion, declaran solem-
nemente y convienen en los siguientes puntos: —

1º El presente Tratado durará y tendrá plena
fuerza y vigor por el espacio de seis años contados
desde el cange delas Ratificaciones; y por un año
mas despues que una delas Partes Contratantes
hubiere manifestado á la Otra su intencion de
cancelarlo: reservando-se cada una delas Partes
Contratantes el derecho de hacer la intimacion en
cualquier tiempo despues de haber espirado el refe-
rido termino de seis años; y del mismo modo
queda convenido entre Ellas, que un año despues de
recibida por Una de Ellas la notificacion de la Otra
Parte, cesará este Tratado y sus estipulaciones ter-

minarán

estabelecer-se entre as Duas Partes em virtude d'este Tratado, ou Geral Convenção de reciproca liberdade de Commercio e Navegação, Declarão solemnemente e Consentem nos seguintes pontos: -

1º O presente Tratado durará e estará em plena força e vigôr, por espaço de seis annos contados do dia da troca das Ratificações; e por um anno mais depois que uma das Partes Contractantes tiver intimado á outra a sua intenção de terminar o mesmo: reservando-se cada uma das Partes Contractantes o direito de fazer esta intimação em qualquer tempo depois de ter expirado o referido termo de seis annos; e do mesmo modo fica ajustado entre Ellas, que um anno depois de ter recebida por uma d'Ellas da outra Parte, a dita intimação, este Tratado cessará e suas estipulações terminarão

minarán enteramente.

2º Si uno ó mas Ciudadanos ó Subditos de una de las Partes Contratantes infringiere cualquiera de los Articulos de este Tratado será el mismo Ciudadano ó Subdito personalmente responsable por aquella infraccion; y la buena armonia y correspondencia entre las dos Naciones no serán por esso interrumpidas, obligandose cada una de las dichas Partes á no proteger de ninguna modo al ofensor y á no sancionar tal violacion. -

3º Si (lo que no es de esperar) desgraciadamente llegaren á ser de cualquier modo violados ó infringidos alguno ó algunos de los Articulos contenidos en el presente Tratado, se estipula espresamente que ninguna de las dos Partes Contratantes podrá disponer ó autorizar ningun acto de represalia, ni declarar la

guerra

menarão inteiramente. –

2º. Se um ou mais Subditos ou Cidadãos de uma das Partes Contractantes infringir qualquer dos Artigos deste Tratado será o mesmo Subdito ou Cidadão pessoalmente responsavel por aquella infracção, e a boa harmonia e correspondencia entre as duas Nações não será por isso interrompida, obrigando-se cada uma das ditas Partes a não proteger de nenhum modo o offensor, e a não sanccionar tal violação. –

3º. Se (o que não he de esperar) infelizmente alguma ou algum dos Artigos no presente Tratado contendos vier a ser por qualquer modo violado ou infringido, expressamente se estipula que nenhuma das duas Partes Contractantes poderá ordenar ou authorisar nenhum acto de represalia, nem declarar

guerra

guerra á la Otra por agravios provenientes de injurias ó de daños, antes que la Parte que se considere ofendida, haya presentado primero á la Otra una exposicion de las dichas injurias ó daños, probados con documentos competentes, y pedido justicia y satisfaccion, y que estas hayan sido negadas ó demoradas sin razon.-

4º El presente Tratado será ratificado por el Presidente de la República del Perú, con aprobacion del Congreso; y por Su Magestad Fidelísima, con aprobacion de las Cortes; y las Ratificaciones serán canjeadas en la Ciudad de Lisboa en el plazo de diez y ocho meses contados desde esta fecha, ó antes si fuere posible.-

En testimonio de lo cual los Plenipotenciarios

guerra á outra por aggravos de injurias ou —
damnos, até que a dita Parte que offendida se
considéra, tenha primeiro apresentado á outra
uma exposição das ditas injurias ou damnos, pro-
vados por competentes documentos, e pedido justiça
e satisfação, que ou lhe tenha sido recusada
ou desarrasoadamente demorada. —

4.º O presente Tratado será ratificado por Sua
Magestade Fidelissima com a approvação das Côrtes
e pelo Presidente da Republica do Perú com appro-
vação do Congresso, e as Ratificações serão trocadas
na Cidade de Lisboa, no prazo de dez =
oito mezes contados da data da assigna =
-tura ou antes se fôr possivel. —

Em testemunho do que os Plenipo-
tenciarios respectivos o assignaram
e firmaram

cianos respectivos lo firmaron y sellaron con
el sello de sus armas. –

Hecho en duplicado en la Ciudad de —
Washington D. C. á los veinte y seis dias del
mes de Marzo del año de mil ochocientos
cincuenta y tres. –

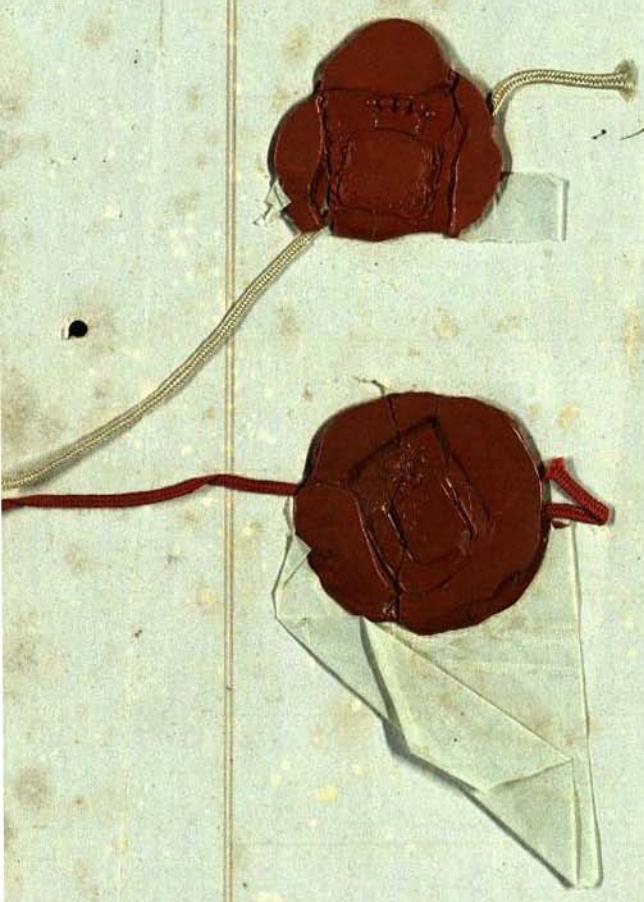
Joaq.n J. de O/ma



Joaquim Cesar de Figaniere e Morao

e firmarão com o sinete de suas armas. —

Feito em duplicado na cidade de Washington D. C. aos vinte e seis dias do mez de Março do anno de mil oito centos cincoenta e tres. —



. Joaquim Cesar de Figueiredo e Mouraõ

Joaq.m J. de Osma

Encontrado por el empleado que suscribe en el Archivo de la Tesorería y devuelto en la fha. al Ministerio de Rel.s Ext.s - Junio 9. de 1869

R. M. Espiell

Protocolo Adicional al Tratado de Comercio y Navegacion celebrado entre el Perú y Portugal el veinte y seis de Marzo de mil ochocientos cincuenta y tres y acta de cange de las Ratificaciones del mismo Tratado.

Los abajo firmados, Doctor Don José Antonio Barrenechea Oficial Mayor del Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú y Doctor Antonio Evaristo d'Ornellas Cónsul General de Portugal en el Perú, Caballero de la Real Orden de Nuestra Señora de la Concepcion de Villa Viçosa, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, en virtud de los plenos poderes que recíprocamente se comunicaron y encontraron en buena y debida forma, se reunieron el dia de la fecha para efectuar el cange de las ratificaciones del Tratado de Comercio y Navegacion entre el Perú y Portugal

Protocollo Additional ao Tratado de Commercio e Navegação celebrado entre Portugal e o Perú a vinte e seis de Março de mil oitocentos cincoenta e tres, e Acta da Troca das Ratificações do mesmo Tratado.

Os abaixo assignados Doctor Antonio Evaristo d'Ornellas Cônsul Geral de Portugal no Perú, Cabalheiro da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e Doctor Don José Antonio Barrenechea Official Maior do Ministerio das Relações Exteriores do Perú, devidamente authorisados pelos seus respectivos Governos em virtude dos plenos poderes que reciprocamente se communicáram, e acharam em bôa e devida forma reuniram-se no dia da data para effectuarem a troca das Ratificações do Tratado do Commercio e Navegação entre Portugal e o Perú concluido e assignado na cidade de Washing-

concluido y firmado en la ciudad de Washington á los veintiseis dias del mes de Marzo de mil ochocientos cincuenta y tres por los Plenipotenciarios nombrados para ese fin Don Joaquin José de Osma por parte del Perú, y el Conejero Joaquin Cesar de Figaniere y Morão por parte de Portugal. Antes de proceder á este acto se declaró lo que sigue:

primero. Habiéndose estipulado en el articulo catorce párrafo quinto del antedicho Tratado que el cange delas ratificaciones se efectuaria en la ciudad de Lisboa en el término de diez y ocho meses, y no habiéndose verificado esta estipulacion por circunstancias independientes de la voluntad delas altas partes contratantes, declararon los abajo firmados en virtud de sus respectivos plenos poderes que esta demora en nada perjudica la validéz de los articulos del presente Tratado cuyas ratificaciones convinieron en canjear en esta ciudad el dia de hoy.

segundo. Habiendose estipulado en las notas reversales que firmaron y entraemitieron los Plenipotenciarios Peruano y Portugues en Washington á los veintiseis dias del mes de Marzo de mil

ton aos vinte e seis dias do Mez de Março de mil oitocentos cincoenta e tres pelos Plenipotenciarios nomeados para este fim o Conselheiro Joaquim Cesar de Figaniere e Morão por parte de Portugal, e Don Joaquim Jose de Osma por parte del Perú.

Antes de se proceder á este acto declarou-se o seguinte:

1.º Havendo-se estipulado no Artigo quatorze paragrapho quinto do sobredito Tratado que a troca das Ratificações se effectuaria na cidade de Lisboa no prazo de dezoito mezes e não estando verificado esta estipulação por circumstancias independentes da vontade das Altas Partes Contractantes, declararam os abaixo assignados, em virtude dos seus referidos plenos poderes que esta demora em nada prejudica á validade dos Artigos deste Tratado cujas ratificações convierão em trocar n'esta cidade, e no dia de hoje.

2.º Havendo-se estipulado nas Notas Reversaes que assignárão e se trasmittirão os Plenipotenciarios portuguez e peruano em Washington aos vinte e seis de Março de mil oito centos cincoenta e tres, as quaes approvou o Congresso Peruano por lei de vinte e oito de Novembro de mil oito centos sessenta e dois

ochocientos cincuenta y tres, las que aprobó el Con
greso Peruano por ley de veintiocho de Noviembre
de mil ochocientos sesenta y dos, mandada ejecutar por el
Supremo Gobierno de la República en la misma fecha: "que
" el Gobierno de Su Magestad Fidelísima al tiempo de
" canjearse las ratificaciones en Lisboa indicará al Go
" bierno del Perú cuales son los puertos ultramarinos de
" Portugal abiertos al comercio extrangero", declaró el Pe
ruano potenciario portugués y quedó mutuamente entendi
do: que los puertos de las provincias ultramarinas Por
tuguezas abiertos al comercio extrangero segun los re
cientes decretos de cinco de Junio de mil ochocientos cua
renta y cuatro, de diez y siete de Octubre de mil ocho
cientos cincuenta y tres, y de seis de Octubre de mil ocho
cientos cincuenta y seis, son los siguientes: Archi
piélago de Cabo verde. En la isla de S. Thiago - el
puerto de la ciudad de la Praia. En la isla de Maio
- el puerto ingles. En la isla de Boa-vista - el puer
to de Sal-rei. En la isla de Sal - el puerto de la
Mandama ó el puerto Martins = Costa de Guinée:
Los puertos de Bissau y Cachéo = Islas de S.
Thomé y Principe. En la isla del Principe el
puerto llamado tambien de la Bahia de las
Agulhas ó aquel para donde
fué trasferida la respectiva Aduana.

mandada executar pelo Supremo Governo
da República na mesma data, que o Governo
" de Sua Magestade Fidelissima na occasião da
" troca das Ratificações em Lisboa indica-
" rá ao Governo do Perú quaes são os portos
" ultramarinos de Portugal abertos ao com-
" mercio extrangeiro," declarou o Plenipotencia-
rio portuguez e ficou mutuamente entendi-
do, que os portos das provincias ultramari-
nas portuguezas abertos ao commercio es-
trangeiro, segundo os Reaes Decretos
de cinco de Junho de mil oitocentos qua-
renta e quatro, de dezasete de Outubro
de mil oitocentos cincoenta e tres, e de seis
de Outubro de mil oitocentos cincoenta e seis,
são os seguintes: Archipelago de Cabo verde: Na
ilha de S. Thiago o porto da cidade da Praia. Na
ilha de Maio, o porto Inglez. Na ilha da Boa-
-Vista o porto de Sal-rei. Na ilha do
Sal, o porto da Madama, ou porto
Martino. = Costa de Guiné: - Os
portos de Bissau e Cachéu. =
Ilhas de S. Thomé e Principe: Na
ilha do Principe o porto tambem chamado

En la Isla de S. Thomé - el puerto de la ciudad
= Angola y Benguella. El puerto de Loanda,
el puerto de Benguella y el puerto de Ambriz
= Costa de Moçambique, los puertos de
Moçambique, Ilo, Quelimane, Inhambane
y Lorenço Marquez, asi como los puertos de
la misma provincia de Moçambique en
donde se hallan establecidos puestos fiscales.
= Estados Portugueses en la India Oriental
Los puertos de Goa, Damao y Diu. =
Archipielago de Solor y Timor. En la Isla
de Timor el puerto de Delly. Estable-
cimientos de Macau - los puertos de la
ciudad de Macau, tanto el interno deno-
minado el rio, como los externos de la Tai-
pa y de la Rada. Los dichos puertos de
Macau son puertos francos para el comer-
cio de todas las naciones, siendo en ellos ad-
mitidos los generos y mercaderias sin pagamen-
to de derechos salvo en los casos previstos y declarados en
el decreto de veinte de Noviembre de mil ochocientos cuarenta y
cinco.

En virtud de que en las referidas notas de reversales
les esta declarado - que las estipulaciones
del mismo Tratado no son aplicables á los puer-

da Bahia das Agulhas, ou aquelle para on-
de foi transferida a respectiva Alfandega.
Na ilha de S. Thomé o porto da cidade. =
Angola e Benguella: O porto de Loanda
o porto de Benguella e o porto de Ambria
= Costa de Moçambique: - os portos de
Moçambique, Ibo Quelimane, Inhambane
e Lorenço Marques, bem como os portos da
mesma provincia de Moçambique em
que se acharem estabelecidos portos fiscaes.
= Estados Portuguezes na India Orien-
tal: Os portos de Goa, Damão e Diu. = Archi-
pelago de Solor e Timor. Na ilha de Timor
o porto de Delly. Estabelecimentos de Macau
- os portos da Cidade de Macau tanto o
interno denominado do Rio, como os exter-
nos da Taipa e da Rada. Os ditos portos
de Macau são portos francos para o com-
mercio de todas as Nações sendo nelles ad-
mittidos os generos e mercadorias sem
pagamento de direitos salvo nos casos pre-
vistos e declarados no decreto de vinte de
Novembro de mil oitocentos quarenta e cin-
co.

E, em virtude de que nas referidas

" dos y territorios de las Provincias Ultramari-
" nas de Portugal, á donde el Comercio no sea
" legalmente permitido á todos los extranjeros",
estipulacion por la cual el Gobierno portugues
se ha reservado el derecho de declarar que espe-
cie de mercaderias pueden ó no introducirse por
los puertos abiertos al Comercio extranjero, decla-
ro el Plenipotenciario Portugues y quedo mu-
tuamente entendido, que las mercaderias ó géneros
de Comercio cuya importacion en las mismas pro-
vincias ultramarinas Portuguesas está enteramen-
te vedada al Comercio extrangero, y cuya mencion
está hecha en la Tabla número 2os del
Real Decreto de cinco de Junio de mil
ochocientos cuarenta y cuatro y en la Tabla anexa
al Real Decreto de veintitres de Junio de mil
ochocientos cuarenta y siete son: las piezas de
artilleria, los proyectiles, los mixtos incendiarios,
el cobre ó el bronce sellados en moneda portugue-
za, la pólvora, la sal el jabon, el rapé y toda
especie de tabaco en polvo, chitas, azules y za-
bes (percalas ordinarias) el aguardiente de vino,
el vinagre de vino, los vinos; pudiendo sin
embargo admitirse vinos extrangeros llevados

Notas Reversaes está declarado – "que as estipu-
" lações do mesmo Tratado não são applicaveis
aos portos e territorios das Provincias Ultrama-
rinas de Portugal onde o commercio não seja
legalmente permittido a todos os extrangei-
ros," estipulação pela qual o Governo Portu-
guez se reservou o direito de declarar que es-
pecie de mercadorias se podem ou não in-
troduzir pelos portos abertos ao commercio
estrangeiro, declarou o Plenipotenciario por-
tuguez e ficou mutuamente entendido, que
as mercadorias ou generos de commercio
cuja importação nas mesmas Provincias
Ultramarinas portuguezas está inteiramente
vedada ao commercio estrangeiro e cuja
menção está feita na Tabla N2 do Real
Decreto de cinco de Junho de mil oitocentos
quarenta y quatro e na Tabla annexa ao
Real Decreto de vinte e tres de Junho de
mil oitocentos quarenta e sete, são: Peças de
artilharia, Projectis, Mixtos incendiarios cobre
ou bronze sellados em moeda portugueza; pól-
vora, sal, sabão, rapé e toda especie de ta-
baco em pó; chitas, azues e zartes, agua-ar-
dente de vinho, vinagre de vinho, vinhos;

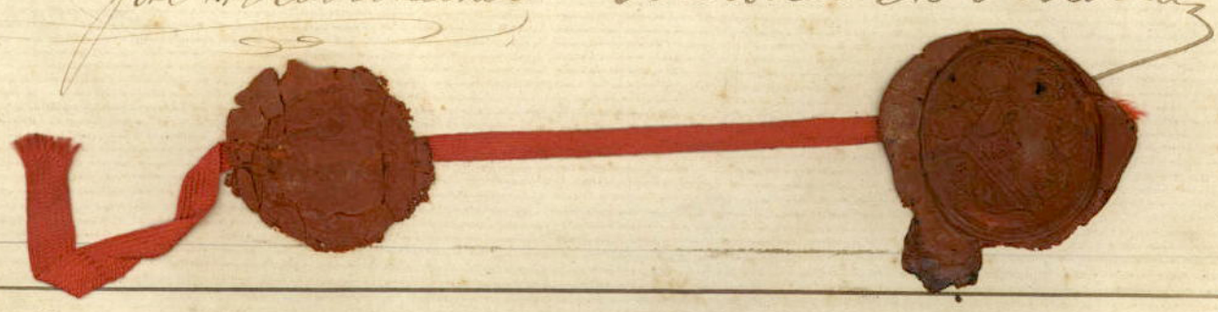
en cajas ú otros volúmenes que no contengan menos de veinticuatro botellas de media Canada (medida de Lisboa) ó cuarenta y ocho de cuartillo (misma medida) pagando por cada media Canada en moneda provincial la suma correspondiente á trescientos reis de moneda de plata de Portugal.

Luego quedó recíprocamente Convenido y ajustado que todas las declaraciones precedentes serán consideradas como partes del referido Tratado y tendrán la misma fuerza y valor.

Despues y habiendo los abajo firmados cuidadosamente examinado y comparado las ratificaciones acompañadas de cópias legales y auténticas de las notas Reversales arriba citadas, cangearon tanto estas como aquellas en la forma de estilo.

En fe de lo que firmaron y sellaron con los sellos de sus armas este Protocolo por duplicado en la Ciudad de Lima á los ocho dias del mes de Enero del año del Nacimiento de Nuestro Señor Jesu Cristo de mil ochocientos sesenta y trés.

José A. Barrenechea Antonio L. d'Ornellas



podendo porem admittir-se vinhos estrangeiros, sendo levados em caixas ou outros volumenes, que não contenham menos de vinte e quatro garrafas de meia canada (medida de Lisboa) ou quarenta e oito de quartilho (mesma medida), pagando por cada meia canada em moeda provincial a quantia correspondente á trezentos reis em moeda de prata de Portugal.

Logo ficou mutuamente convindo e ajustado que todas as declarações precedentes seram consideradas como fazendo parte do referido Tratado e terão á mesma força e valor.

Depois, havendo os abaixo assignados cuidadosamente examinado e conferido as ratificações acompanhadas de copias legaes e authenticas das notas reversaes acima citadas, trocarão tanto estas como aquellas na forma do estilo

Em testamunho do que as signaram e sellárão com os sellos das suas armas o presente protocollo por duplicado, na Cidade de Lima aos oito dias do mez de Janeiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos sessenta e tres.

Antonio L. d'Ornellas

José A. Barrenechea